

As esquerdas, a cultura política e a mineiridade: o caso juizforano.

Alexandre Peixoto Heleno*

O Ano de 2004, assinalou o quadragésimo aniversário do Golpe Civil-Militar, executado entre a noite de 31 de março e o dia 1º de abril de 1964, de modo que, ainda sob o impulso das efemérides, muito fora produzido e debatido, com maior ou menor intensidade, em cada canto do Brasil. Seus ecos podem ser percebidos no movimento da sociedade civil, que reivindica a abertura dos “arquivos da ditadura” e, mesmo através da produção acadêmica, em que vários pesquisadores dedicaram e continuam a reescrever os capítulos desta “história maldita”.

Notamos que a publicação da coletânea de textos sobre o Seminário “40 anos do Golpe de 1964”ⁱ, realizado no Rio de Janeiro, entre 22 e 26 de março do ano passado, no IFCS/UFRJ, ICHF/UFF e na FGV, figura como uma das mais importantes realizações sobre o tema, e que junto com outros eventos e publicações, nos permite traçar um momento ímpar na historiografia brasileira sobre o período em questão. Por outro lado, não podemos deixar de registrar o lançamento de uma coletânea de livros, feito pela Editora da Biblioteca do Exército que no conjunto das obras, ao contrário, não desmente a versão que sustenta as razões para o desfecho do Golpe e o suposto triunfo da “Revolução de 64”. Como podemos perceber, talvez, a nível ideológico de dentro da historiografia, tratar-se-ia de um embate entre relações de forças antagônicas, ainda por se resolver.

Contudo, alegamos a necessidade investigativa sobre o período 1961-1964, ainda pouco estudado na cidade de Juiz de Fora, *locus* da deflagração concreta do empreendimento golpista de 1964. Certamente, podemos identificar alguns trabalhos importantes sobre o período em questão, todavia em escalas mais ampliadas, sorte que não desfruta o período posterior ao golpe, sobretudo quando o assunto se direciona para a luta armada das esquerdas guerrilheiras no estado de Minas Gerais.

O recorte histórico para o qual apontamos configura-se, em nível internacional, como um dos momentos mais “revolucionários” do século XX, enquanto que em nível nacional agregamos a esse intenso processo o mais agudo acirramento da correlação de forças na história republicana brasileira. Mundialmente, vivíamos a tensão da Guerra Fria e os ecos da Revolução Chinesa. Os movimentos de libertação nacional irrompendo na África, singularizando-se a guerra de libertação da Argélia. O recrudescimento da resistência do povo vietnamita e o exemplo da Revolução Cubana cristalizam as observações que apontam para um contexto marcadamente revolucionário, e, por conseguinte, polarizador. A Revolução Cubana figura como a mais importante influência, sobretudo pelo fato de que em sua passagem do nacionalismo para o socialismo, num intervalo de tempo demasiadamente curto, acabou atraindo nacionalistas e comunistas para um campo gravitacional comum no cenário político latino-americano.

Roberto Schwarz chegou a afirmar que no período imediatamente anterior ao golpe civil-militar de 1964 o país estava irreconhecivelmente inteligente: política externa independente, reformas estruturais, libertação nacional, combate ao imperialismo e ao latifúndio, conscientização da classe operária e do movimento estudantil. Revolução era a idéia que perpassava pelos corações e mentes de boa parte do povo brasileiro naqueles anos. Ironicamente, aqueles que se inspiravam nos desdobramentos da Revolução Cubana de 1959, viram a tragédia de 1º de abril ser denominada de “Revolução”.

A sociedade se dividira fundamentalmente em torno de dois projetos para o país, os quais Daniel Aarão Reis Filho denominou *nacional-estatista* e *internacionalista-liberal*. O primeiro fundamentava-se na necessidade de amplas reformas de cunho nacionalista e distributivista, obviamente, com inclinações à esquerda e traduzido na política das Reformas de Base sob o governo João Goulart. Do outro lado, o projeto *Internacionalista-liberal* consistia numa proposta elitista e excludente, propondo ainda um atrelamento de nossa economia à dinâmica capitalista dos países mais desenvolvidosⁱⁱ. Com isso, os espectros políticos mais diversos acabaram, a partir de um certo momento, alinhando-se a uma ou

outra proposta para a sociedade brasileira naqueles anos. Daí que, mais do que em outras conjunturas, é necessário falarmos em esquerda e direita no plural.

Via de regra, os estudos históricos sobre o referido período centram suas análises na correlação de forças antagônicas, cujo desfecho seria inevitavelmente o golpe pelas esquerdas ou pelas direitas. Estudos mais recentes como de Argelina Figueiredo resistem a essa tese e apontam para a existência de alternativas que não fossem necessariamente o desfecho golpista por um ou outro ladoⁱⁱⁱ. Entretanto, o ângulo de visão permanece mais ou menos o mesmo, dado que as manobras políticas do governo João Goulart oscilavam entre o radicalismo das esquerdas e a aliança centrista, aspecto que levou ao isolamento político do Presidente.

Os trabalhos sobre o período 1961-1964 são bastante numerosos, e entre estes, destacamos alguns como o de Moniz Bandeira^{iv} e de René Dreifuss^v. O trabalho de Moniz Bandeira, já em sua primeira edição (1977), tornou-se um marco na bibliografia sobre o tema dado que foi o primeiro a desmistificar, em termos acadêmicos, o golpe de Estado implantado em 1964, valendo-se de uma vasta pesquisa com fontes primárias ou impressas, assim como depoimentos de diversos personagens que participaram da ascensão e queda do governo de João Goulart. Na sétima edição, publicada no ano de 2001, o autor aprofundou sua pesquisa com base na enorme e diversificada documentação liberada nas últimas duas décadas pelas autoridades brasileiras e estadunidenses. Este autor também realizou um levantamento sobre a ampla bibliografia produzida desde o final dos anos 70, acrescentando novos dados e informações, que lhe permitiu a elaboração de um amplo painel político, econômico e social do Brasil durante os anos que antecederam ao golpe.

René Dreifuss, por sua vez, centrou a análise sobre o papel do empresariado na campanha golpista contra o governo de Jango, destacando os fatores intrínsecos ao golpe, tais como, a capacidade de organização e de mobilização do grupo conspiratório. Argelina Figueiredo, pesquisadora sobre o período em pauta, assinala duas importantes críticas ao trabalho de Dreifuss. Por um lado, o autor criticado pouca importância dá aos fatores externos e à situação econômica do país, assim como pouco avalia o conteúdo das políticas

governamentais, principalmente em relação às Reformas de Base. Do outro lado, Figueiredo também aponta a demasia ênfase à “ação de classe” da burguesia, enquanto uma conspiração única e sob um comando unificado pelo tipo de aliança que se fez com parte das Forças Armadas. Este aspecto precisa ser observado à luz de uma análise que considere aquele movimento golpista como essencialmente heterogêneo e multifacetado^{vi}.

Reduzindo a escala de observação para o caso mineiro, destacamos o trabalho de Heloísa Starling, a qual sob a orientação de Dreifuss, realizou uma pesquisa substancial a exemplo do que fez seu orientador em escala nacional. A autora em questão pesquisou sobre o processo de conspiração das direitas mineiras que culminou no golpe militar–civil de 1964^{vii}. Destacamos entre os resultados de sua pesquisa, a desmistificação das confusas suposições sobre “o golpe dentro do golpe”, ao comprovar as articulações e os objetivos pretendidos pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e pelas lideranças civil e militar, que de fato, confirmam o Golpe de 1964, não como simples golpe militar, mas “*um movimento altamente civil e político em sua formação e execução*”, não se limitando ao triângulo Rio/São Paulo/ Belo Horizonte. Starling também ressalta que, não obstante a engrenagem montada pelo IPES a nível nacional, torna-se necessário a “*formulação de novas linhas de investigação sobre a existência de um conjunto de múltiplas articulações a nível regional que consistiram à base de sustentação para a implantação do projeto*”.

Noutro patamar, nos últimos anos tem crescido o interesse em se historiar analiticamente o movimento trabalhista do Brasil. Observamos a publicação da coletânea organizada por Jorge Ferreira^{viii}, que em meio aos vários trabalhos constantes, procura questionar interpretações aceitas como consensuais, alargando e aprofundando a discussão sobre o conceito de populismo com vistas à sua revisão, de maneira que fossem feitas as devidas articulações com o próprio trabalhismo. Além disso, aponta-se para as relações entre comunistas e trabalhistas em um período que se inicia no pós-1945 e se arrasta até a dramática quartelada que ensaia seus primeiros passos desde a cidade de Juiz de Fora, no interior de Minas Gerais.

Temos então que, ao falarmos de trabalhismo em nível nacional, podemos fragmentá-lo em estudos sobre diversos trabalhistas: o mineiro, o gaúcho, o paulista, o carioca etc. Refutando a idéia de que a totalidade resulta tão somente da somatória das partes, cumpre-nos em tempos atuais construir o conhecimento histórico para além do eixo-geográfico Rio-São Paulo e para além das capitais. Daí que, salta aos olhos o interesse pelo caso juiz-forano. A partir dessas observações pertinentes a produção historiográfica centrada na conjuntura em que se desenvolveu o golpe de 64 e os estudos que visam às relações entre o trabalhismo e o nacional-estatismo, surge nossa primeira questão: por que, acerca de Juiz de Fora neste período, quase nada, ou nada, foi produzido sob uma perspectiva acadêmica^{ix}?

Outro aspecto que sustenta o desenvolvimento desta pesquisa consiste no debate que se tem travado com mais insistência nos últimos anos a respeito da luta das esquerdas e dos progressistas de modo geral contra a ditadura e em defesa da democracia. Diversos estudos têm convergido para um mesmo ponto: não constavam entre as principais propostas das esquerdas, na conjuntura pré-1964, o aprofundamento da democracia^x. Isto é confirmado quando observamos que no campo das esquerdas também não se descartava um golpe, sendo que alguns setores já se preparavam para a luta armada desde 1961, como foi o caso das Ligas Camponesas^{xi}.

A proposta que segue, constitui a realização em uma pesquisa histórica em nível de Mestrado, que tem como meta fundamental estudar o período mencionado buscando conhecer o comportamento das esquerdas em Juiz de Fora nos anos imediatamente anteriores ao golpe militar-civil de 1964. Enfocaremos esse campo político^{xii} por um ângulo pouco trabalhado ainda na historiografia sobre o tema, a saber, as relações entre culturas políticas das esquerdas, no caso trabalhistas e comunistas^{xiii}. Além disso, trabalharemos com as estreitas relações entre a memória pessoal e memória coletiva de indivíduos que participaram diretamente dos referidos acontecimentos, através da história oral. Deste modo, recorreremos às fontes orais, entrevistas com líderes políticos das esquerdas

juizforanas da época. Esclarecemos que nossa concepção sobre a história oral não repousa no simplismo da complementação de fontes ou do preenchimento das lacunas deixadas pela documentação escrita. Também compreendemos o princípio de que trabalhar com fontes orais significa dar a palavra aos “anônimos” da história. Assim, o historiador diante de sua prática estará “re-construindo” o espaço político que se formou naquela conjuntura e dando um novo sentido para a história pelos próprios atores.

Conforme já observamos anteriormente, existem lacunas importantes na historiografia sobre o tema no estado de Minas Gerais referentes ao período compreendido entre 1961 e 1964, e no período pós-64. Nossa escolha por Juiz de Fora como *locus* de análise para a compreensão das relações entre as culturas políticas envolve questões sobre a aproximação entre trabalhistas e comunistas em torno do projeto nacional-estatista, nas mais diversas regiões onde tais culturas políticas incidiram no cenário político local e regional, sobretudo naquela conjuntura em que a polarização política atingiu o *clímax*. Particularmente, sobre as esquerdas juizforanas, procuraremos traçar pontos em comum com a ideologia da mineiridade, que possam servir de referencial para a construção de uma identidade política local, entre trabalhistas e comunistas. E mesmo, verificar em que aspectos a cultura política das esquerdas juizforanas se apresenta distinta do discurso tradicional da política mineira.

Para observarmos o fenômeno apresentado, partimos da noção de redução de escalas^{xiv}, do nacional para Juiz de Fora, agregando outras noções como a de cultura política e ainda alguns conceitos mais comumente trabalhados num âmbito cultural da história. Para explicitarmos as relações entre trabalhistas e comunistas correlacionaremos as assertivas de Serge Bernstein sobre a cultura política^{xv}. Este observa que toda cultura política move-se na dialética de transformações, enriquecendo-se de múltiplas contribuições: as das culturas vizinhas, quando estas parecem trazer respostas aos problemas do momento; e os da evolução da conjuntura que atuam sobre as idéias e os temas, sendo que, nenhuma cultura política pode se manter em forte contradição com a realidade. Além disso, a cultura política não resulta somente da adaptação as circunstâncias

mutáveis, ela também depende da influência que possa exercer sobre as culturas políticas vizinhas, frente aos problemas da sociedade num certo momento, conquistando a adesão de seus pares e formando um amplo espectro político capaz de persuadir a sociedade, assim possibilitando condições concretas para a realização de seu projeto político.

Neste viés de análise e a partir da concepção de J. Revel sobre “redução de escalas” (1998), focalizaremos como as culturas políticas das esquerdas juizforanas refletem no cenário político local e regional, aspectos comuns da mineiridade, e mesmo, em que pontos apresentam suas particularidades como alternativa ao discurso de formação de uma identidade mineira, fortemente marcada por símbolos e valores políticos regionais^{xvi}. Considerando o discurso da mineiridade, uma cultura política própria, cuja principal característica se apresenta nos momentos de transição no Brasil, sob a forma da política da conciliação nacional^{xvii}. Compreenderemos como esse poder simbólico da mineiridade está presente na cultura política das esquerdas juizforanas: ora reificado e incorporado em suas ações políticas, ora resignificado e distinto da identidade regional, ou seja, através de uma cultura política alternativa ao discurso tradicional da mineiridade^{xviii}.

Temos que o desenvolvimento desta pesquisa trará contribuições para a história das esquerdas mineiras, e mais especificamente a de Juiz de Fora, uma vez que permitirá mostrar à luz do presente a existência de uma “gama de possibilidades” no seio das relações estabelecidas entre as culturas políticas de esquerda, além é claro, de oferecer subsídios para estudos mais aprofundados sobre o período em pauta ou sobre recortes temporais não muito distanciados.

* Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF.

ⁱ FICO, Carlos et al (orgs.). **1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004.

ⁱⁱ REIS FILHO, Daniel Aarão. Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil: 1934-1964. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). **História do marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 20 aos 60**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002. v.5.

ⁱⁱⁱ FIGUEIREDO, Angelina Cheibub. **Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

^{iv} BANDEIRA, Moniz. **O Governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil. 1961-1964**. 7. ed. RJ: Revan; Brasília: EDUNB, 2001.

^v DREIFUSS, René. 1964: **A Conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

^{vi} FIGUEIREDO, *op. cit.*

^{vii} STARLING, Heloisa M. Murgel. **Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o Golpe de 1964**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

^{viii} FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. RJ: Civilização Brasileira, 2001.

^{ix} Podemos listar as principais obras de referência ao caso juizforano, a saber: LOYOLA, Maria Andréa. **Os sindicatos e o PTB: estudo de um caso em Minas Gerais**. Petrópolis: Vozes, 1980. (Cadernos do CEBRAP, 35); NEVES, Lucília de Almeida. **CGT no Brasil, 1961-64**. Belo Horizonte: Veja, 1981; PAULA, Hilda Rezende; Campos, Nilo de Araújo. **Clodesmidt Riani: trajetória**. Juiz de Fora: FUNALFA Edições; EDUFJF, 2005.

^x No caso do PCB, a nova linha política não tinha compromissos com o capitalismo e mesmo não propunha defender a democracia unilateralmente, pois objetivava um salto qualitativo para a etapa socialista da revolução. In: REIS FILHO. *Op. cit.*, p. 89.

^{xi} BANDEIRA. *Op. cit.*, p. 15.

^{xii} Compreendemos o campo político “ao mesmo tempo como o campo de forças e como campo das lutas que tem em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura”. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 163-64.

^{xiii} Esclarecemos, que este viés analítico inspira-se no trabalho que o professor Fábio Chagas vem realizando em pesquisa para doutoramento sobre a guerra revolucionária dos anos 60 e 70, no estado do Rio Grande do Sul. Ele procura, entre outras abordagens em seu trabalho, analisar o trânsito entre culturas políticas trabalhistas e comunistas pelo fato de que figura como uma de suas hipóteses centrais a incidência de um matiz trabalhista de corte radical na luta armada gaúcha. Fábio Chagas desenvolve sua pesquisa doutoral junto à Universidade Federal Fluminense (UFF) sob a orientação do prof. Dr. Daniel Aarão Reis Filho. Recentemente, no Simpósio Nacional *40 anos do golpe*, realizado no Rio de Janeiro, Fábio apresentou um trabalho que abordava a historiografia da luta armada no Brasil dos anos 60 e 70, por este ângulo de visão que aqui tentamos desenvolver.

^{xiv} Segundo Rosental, longe de indicar convergências profundas entre a abordagem multiscópica e a microstoria, “*vê no interesse da escala microscópica o caso particular de um princípio cognitivo mais geral: o conhecimento produzido pelos historiadores é relativo a uma escolha de escala: multiplicar os ângulos de abordagem o único recurso mais fecundo para a historiografia*”. ROSENTAL, Paul-André. Construir o macro pelo micro: Fredrik Bath e a microstoria. In: REVEL, J. **Jogos de escalas**. RJ: FGV, 1998.

^{xv} BERNSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 349-63.

^{xvi} DULCI, Otávio Soares. Identidade regional e ideologia: o caso de Minas Gerais, **46º Congresso Internacional de Americanistas**, Amsterdã, 04/08 de julho de 1988.

^{xvii} ARRUDA, Maria A. do Nascimento. **Mitologia da mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

^{xviii} Como exemplo de discurso tradicional das elites que forjam a mineiridade, podemos referir a estratégia da classe empresarial mineira, que em meio ao processo de industrialização brasileira dos anos 40 e 50, faziam duras críticas ao governo federal acusando-o de “espoliação de Minas Gerais”, clara referência ao ideal da Inconfidência Mineira. No entanto, a classe empresarial mineira, declarava ser portadora de um projeto de industrialização, que traria não somente a “independência econômica de Minas”, mas também, associava a imagem do Brasil, um país “essencialmente agrário”, como o reflexo do atraso cujo grande exemplo era a “espoliação de Minas”. Sendo assim, constituía-se um discurso em que o povo mineiro – sob comando da classe empresarial, seria o portador de um projeto que, através da industrialização, garantiria a todas as camadas sociais a “terra do ouro e da promessa”. (Ver DELGADO, Ignácio Godinho. **A estratégia de um Revés: Estado e Associações empresariais em Minas**. Juiz de Fora: EDUFJF; 1997).